

No. 19194

**BRAZIL, BOLIVIA, COLOMBIA, ECUADOR,
GUYANA, PERU, SURINAME
and VENEZUELA**

**Treaty for Amazonian co-operation. Concluded at Brasília
on 3 July 1978**

*Authentic texts: Portuguese, Spanish, Dutch and English.
Registered by Brazil on 30 October 1980.*

**BRÉSIL, BOLIVIE, COLOMBIE, ÉQUATEUR,
GUYANA, PÉROU, SURINAME
et VENEZUELA**

**Traité en vue de la coopération amazonienne. Conclu à
Brasília le 3 juillet 1978**

*Textes authentiques : portugais, espagnol, néerlandais et anglais.
Enregistré par le Brésil le 30 octobre 1980.*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

As Repúblicas da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela,

Conscientes da importância que para cada uma das Partes têm suas respectivas regiões amazônicas como parte integrante de seus territórios,

Animadas do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais,

Convencidas da utilidade de compartilhar as experiências nacionais em matéria de promoção do desenvolvimento regional,

Considerando que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente,

Côncias de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes Contratantes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia,

Seguras de que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhes são comuns contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina,

Persuadidas de que o presente Tratado significa o início de um processo de cooperação que redundará em benefício de seus respectivos países e da Amazônia em seu conjunto,

Resolvem subscrever o presente Tratado:

Artigo I. As Partes Contratantes convêm em realizar esforços e ações conjuntas a fim de promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo a que essas ações conjuntas produzam resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios.

Parágrafo único: Para tal fim, trocarão informações e concertarão acordos e entendimentos operativos, assim como os instrumentos jurídicos pertinentes que permitam o cumprimento das finalidades do presente Tratado.

Artigo II. O presente Tratado se aplicará nos territórios das Partes Contratantes na Bacia Amazônica, assim como, também, em qualquer território de uma Parte Contratante que, pelas suas características geográficas, ecológicas ou econômicas, se considere estreitamente vinculado à mesma.

Artigo III. De acordo com e sem detrimento dos direitos outorgados por atos unilaterais, do estabelecido nos tratados bilaterais entre as Partes e dos princípios e normas do Direito Internacional, as Partes Contratantes asseguram-se mutuamente, na base da reciprocidade, a mais ampla liberdade de navegação comercial no curso do Amazonas e demais rios amazônicos internacionais, observando os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma delas. Tais regulamentos deverão, na medida do possível, favorecer essa navegação e o comércio e guardar entre si uniformidade.

Parágrafo único: O presente artigo não se aplicará à navegação de cabotagem.

Artigo IV. As Partes Contratantes proclamam que o uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais em seus respectivos territórios é direito inerente à soberania do Estado e seu exercício não terá outras restrições senão as que resultem do Direito Internacional.

Artigo V. Tendo em vista a importância e multiplicidade de funções que os rios amazônicos desempenham no processo de desenvolvimento econômico e social da região, as Partes Contratantes procurarão envidar esforços com vistas à utilização racional dos recursos hídricos.

Artigo VI. Com o objetivo de que os rios amazônicos constituam um vínculo eficaz de comunicação entre as Partes Contratantes e com o Oceano Atlântico, os Estados ribeirinhos interessados num determinado problema que afete a navegação livre e desimpedida empreenderão, conforme for o caso, ações nacionais, bilaterais ou multilaterais para o melhoramento e habilitação dessas vias navegáveis.

Parágrafo único: Para tal efeito, estudar-se-ão as formas de eliminar os obstáculos físicos que dificultam ou impedem a referida navegação, assim como os aspectos econômicos e financeiros correspondentes, a fim de concretizar os meios operativos mais adequados.

Artigo VII. Tendo em vista a necessidade de que o aproveitamento da flora e da fauna da Amazônia seja racionalmente planejado, a fim de manter o equilíbrio ecológico da região e preservar as espécies, as Partes Contratantes decidem:

- a. promover a pesquisa científica e o intercâmbio de informações e de pessoal técnico entre as entidades competentes dos respectivos países, a fim de ampliar os conhecimentos sobre os recursos da flora e da fauna de seus territórios amazônicos e prevenir e controlar as enfermidades nesses territórios;
- b. estabelecer um sistema regular de troca adequada de informações sobre as medidas conservacionistas que cada Estado tenha adotado ou adote em seus territórios amazônicos, as quais serão matéria de um relatório anual apresentado por cada país.

Artigo VIII. As Partes Contratantes decidem promover a coordenação dos atuais serviços de saúde de seus respectivos territórios amazônicos e tomar outras medidas que sejam aconselháveis, com vistas à melhoria das condições sanitárias da região e ao aperfeiçoamento dos métodos tendentes a prevenir e combater as epidemias.

Artigo IX. As Partes Contratantes concordam em estabelecer estreita colaboração nos campos da pesquisa científica e tecnológica, com o objetivo de

criar condições mais adequadas à aceleração do desenvolvimento econômico e social da região.

Parágrafo primeiro: Para os fins do presente Tratado, a cooperação técnica e científica a ser desenvolvida entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes formas:

- a. realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisa e desenvolvimento;
- b. criação e operação de instituições de pesquisa ou de centros de aperfeiçoamento e produção experimental;
- c. organização de seminários e conferências, intercâmbio de informações e documentação e organização de meios destinados à sua difusão.

Parágrafo segundo: As Partes Contratantes poderão, sempre que julgarem necessário e conveniente, solicitar a participação de organismos internacionais na execução de estudos, programas e projetos resultantes das formas de cooperação técnica e científica definidas no parágrafo primeiro do presente artigo.

Artigo X. As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infra-estrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Conseqüentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais.

Artigo XI. Com o propósito de incrementar o emprego racional dos recursos humanos e naturais de seus respectivos territórios amazônicos, as Partes Contratantes concordam em estimular a realização de estudos e a adoção de medidas conjuntas tendentes a promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios e a gerar formas de complementação que reforcem as ações previstas nos planos nacionais para os referidos territórios.

Artigo XII. As Partes Contratantes reconhecem a utilidade de desenvolver, em condições equitativas e de mútuo proveito, o comércio a varejo de produtos de consumo local entre as suas respectivas populações amazônicas limítrofes, mediante acordos bilaterais ou multilaterais adequados.

Artigo XIII. As Partes Contratantes cooperarão para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países, em seus respectivos territórios amazônicos, sem prejuízo das disposições nacionais de proteção às culturas indígenas e aos recursos naturais.

Artigo XIV. As Partes Contratantes cooperarão no sentido de lograr a eficácia das medidas que se adotem para a conservação das riquezas etnológicas e arqueológicas da área amazônica.

Artigo XV. As Partes Contratantes se esforçarão por manter um intercâmbio permanente de informações e colaboração entre si e com os órgãos de cooperação latino-americanos, nos campos de ação que se relacionam com as matérias que são objeto deste Tratado.

Artigo XVI. As decisões e compromissos adotados pelas Partes Contratantes na aplicação do presente Tratado não prejudicarão os projetos e empreendi-

mentos que executem em seus respectivos territórios, dentro do respeito ao Direito Internacional e segundo a boa prática entre nações vizinhas e amigas.

Artigo XVII. As Partes Contratantes poderão apresentar iniciativas para a realização de estudos destinados à concretização de projetos de interesse comum, para o desenvolvimento de seus territórios amazônicos e, em geral, que permitam o cumprimento das ações contempladas no presente Tratado.

Parágrafo único: As Partes Contratantes acordam conceder especial atenção à consideração de iniciativas apresentadas por países de menor desenvolvimento que impliquem esforços e ações conjuntas das Partes.

Artigo XVIII. O estabelecido no presente Tratado não significará qualquer limitação a que as Partes Contratantes celebrem acordos bilaterais ou multilaterais sobre temas específicos ou genéricos, desde que não sejam contrários à consecução dos objetivos comuns de cooperação na Amazônia, consagrados neste instrumento.

Artigo XIX. Nem a celebração do presente Tratado, nem a sua execução terão algum efeito sobre quaisquer outros tratados ou atos internacionais vigentes entre as Partes, nem sobre quaisquer divergências sobre limites ou direitos territoriais existentes entre as Partes, nem poderá interpretar-se ou invocar-se a celebração deste Tratado ou sua execução para alegar aceitação ou renúncia, afirmação ou modificação, direta ou indireta, expressa ou tácita, das posições e interpretações que sobre estes assuntos sustente cada Parte Contratante.

Artigo XX. Sem prejuízo de que posteriormente se estabeleça a periodicidade mais adequada, os Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes realizarão reuniões cada vez que o julgarem conveniente ou oportuno, a fim de fixar as diretrizes básicas da política comum, apreciar e avaliar o andamento geral do processo de cooperação amazônica e adotar as decisões tendentes à realização dos fins propostos neste instrumento.

Parágrafo primeiro: Celebrar-se-ão reuniões dos Ministros das Relações Exteriores por iniciativa de qualquer das Partes Contratantes sempre que conte com o apoio de pelo menos outros quatro Estados Membros.

Parágrafo segundo: A primeira reunião de Ministros das Relações Exteriores celebrar-se-á dentro dos dois anos seguintes à data de entrada em vigor do presente Tratado. A sede e a data da primeira reunião serão fixadas mediante entendimento entre as Chancelarias das Partes Contratantes.

Parágrafo terceiro: A designação do país sede das reuniões obedecerá ao critério de rodízio por ordem alfabética.

Artigo XXI. Representantes diplomáticos de alto nível das Partes Contratantes reunir-se-ão, anualmente, integrando o Conselho de Cooperação Amazônica, com as seguintes atribuições:

1. Velar pelo cumprimento dos objetivos e finalidades do Tratado.
2. Velar pelo cumprimento das decisões tomadas nas reuniões de Ministros das Relações Exteriores.
3. Recomendar às Partes a conveniência ou oportunidade de celebrar reuniões de Ministros das Relações Exteriores e preparar o temário correspondente.
4. Considerar as iniciativas e os projetos que apresentem as Partes e adotar as decisões pertinentes para a realização de estudos e projetos bilaterais ou

multilaterais, cuja execução, quando for o caso, estará a cargo das Comissões Nacionais Permanentes.

5. Avaliar o cumprimento dos projetos de interesse bilateral ou multilateral.
6. Adotar as normas para o seu funcionamento.

Parágrafo primeiro: O Conselho poderá celebrar reuniões extraordinárias por iniciativa de qualquer das Partes Contratantes, com o apoio da maioria das demais.

Parágrafo segundo: A sede das reuniões ordinárias obedecerá ao critério de rodízio, por ordem alfabética, entre as Partes Contratantes.

Artigo XXII. As funções de Secretaria serão exercidas, *pro-tempore*, pela Parte Contratante em cujo território deva celebrar-se a seguinte reunião ordinária do Conselho de Cooperação Amazônica.

Parágrafo único: A Secretaria *pro-tempore* enviará, às Partes, a documentação pertinente.

Artigo XXIII. As Partes Contratantes criarão Comissões Nacionais Permanentes encarregadas da aplicação, em seus respectivos territórios, das disposições deste Tratado, assim como da execução das decisões adotadas pelas reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que lhes sejam atribuídas por cada Estado.

Artigo XXIV. Sempre que necessário, as Partes Contratantes poderão constituir comissões especiais destinadas ao estudo de problemas ou temas específicos relacionados com os fins deste Tratado.

Artigo XXV. As decisões adotadas em reuniões efetuadas em conformidade com os Artigos XX e XXI, requererão sempre o voto unânime dos Países Membros do presente Tratado. As decisões adotadas em reuniões efetuadas em conformidade com o Artigo XXIV requererão sempre o voto unânime dos países participantes.

Artigo XXVI. As Partes Contratantes acordam que o presente Tratado não será susceptível de reservas ou declarações interpretativas.

Artigo XXVII. O presente Tratado terá duração ilimitada e não estará aberto a adesões.

Artigo XXVIII. O presente Tratado será ratificado pelas Partes Contratantes e os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Governo da República Federativa do Brasil.

Parágrafo primeiro: O presente Tratado entrará em vigor trinta dias depois de depositado o último instrumento de ratificação das Partes Contratantes.

Parágrafo segundo: A intenção de denunciar o presente Tratado será comunicada por uma Parte Contratante às demais Partes Contratantes, pelo menos noventa dias antes da entrega formal do instrumento de denúncia ao Governo da República Federativa do Brasil. Formalizada a denúncia, os efeitos do Tratado cessarão para a Parte Contratante denunciante, no prazo de um ano.

Parágrafo terceiro: O presente Tratado será redigido nos idiomas português, espanhol, holandês e inglês, fazendo todos igualmente fé.

EM FÉ DO QUE, os Chanceleres abaixo-assinados firmaram o presente Tratado.

FEITO na cidade de Brasília aos 3 de julho de 1978, o qual ficará depositado nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que fornecerá cópias autênticas aos demais países signatários.

Pelo Governo da República da Bolívia:

OSCAR ADRIÁZOLA VALDA

Pelo Governo da República Federativa do Brasil:

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Pelo Governo da República da Colômbia:

INDALECIO LIÉVANO AGUIRRE

Pelo Governo da República do Equador:

JOSÉ AYALA LASSO

Pelo Governo da República Cooperativista da Guiana:

RASHLEIGH ESMOND JACKSON

Pelo Governo da República do Peru:

JOSÉ DE LA PUENTE RADBILL

Pelo Governo da República do Suriname:

HENCK ALFONSUS EUGENE ARRON

Pelo Governo da República da Venezuela:

SIMÓN ALBERTO CONSALVI

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

TRATADO DE COOPERACIÓN AMAZÓNICA

Las Repúblicas de Bolivia, del Brasil, de Colombia, del Ecuador, de Guyana, del Perú, de Suriname y de Venezuela,

Conscientes de la importancia que para cada una de las Partes tienen sus respectivas regiones amazónicas como parte integrante de sus territorios,

Animadas del común propósito de conjugar los esfuerzos que vienen emprendiendo, tanto en sus respectivos territorios como entre sí mismas, para promover el desarrollo armónico de la Amazonia, que permita una distribución equitativa de los beneficios de dicho desarrollo entre las Partes Contratantes, para elevar el nivel de vida de sus pueblos y a fin de lograr la plena incorporación de sus territorios amazónicos a las respectivas economías nacionales,

Convencidas de la utilidad de compartir las experiencias nacionales en materia de promoción del desarrollo regional,

Considerando que para lograr un desarrollo integral de los respectivos territorios de la Amazonia es necesario mantener el equilibrio entre el crecimiento económico y la preservación del medio ambiente,

Conscientes de que tanto el desarrollo socio-económico como la preservación del medio ambiente son responsabilidades inherentes a la soberanía de cada Estado, y que la cooperación entre las Partes Contratantes servirá para facilitar el cumplimiento de estas responsabilidades, continuando y ampliando los esfuerzos conjuntos que están realizando en materia de conservación ecológica de la Amazonia,

Seguras de que la cooperación entre las naciones latinoamericanas en materias específicas que les son comunes contribuye al avance en el camino de la integración y solidaridad de toda la América Latina,

Persuadidas de que el presente Tratado significa la iniciación de un proceso de cooperación que redundará en beneficio de sus respectivos países y de la Amazonia en su conjunto,

Resuelven suscribir el presente Tratado:

Artículo I. Las Partes Contratantes convienen en realizar esfuerzos y acciones conjuntas para promover el desarrollo armónico de sus respectivos territorios amazónicos, de manera que esas acciones conjuntas produzcan resultados equitativos y mutuamente provechosos, así como para la preservación del medio ambiente y la conservación y utilización racional de los recursos naturales de esos territorios.

Parágrafo único: Para tal fin, intercambiarán informaciones y concertarán acuerdos y entendimientos operativos, así como los instrumentos jurídicos pertinentes que permitan el cumplimiento de las finalidades del presente Tratado.

Artículo II. El presente Tratado se aplicará en los territorios de las Partes Contratantes en la Cuenca Amazónica, así como también en cualquier territorio de una Parte Contratante que, por sus características geográficas, ecológicas o económicas, se considere estrechamente vinculado a la misma.

Artículo III. De acuerdo con y sin detrimento de los derechos otorgados por actos unilaterales, de lo establecido en los tratados bilaterales entre las Partes y de los principios y normas del Derecho Internacional, las Partes Contratantes se aseguran mutuamente sobre la base de reciprocidad la más amplia libertad de navegación comercial en el curso del Amazonas y demás ríos amazónicos internacionales, observando los reglamentos fiscales y de policía establecidos o que se establecieren en el territorio de cada una de ellas. Tales reglamentos deberán, en lo posible, favorecer esa navegación y el comercio y guardar entre sí uniformidad.

Parágrafo único: El presente artículo no será aplicable a la navegación de cabotaje.

Artículo IV. Las Partes Contratantes proclaman que el uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales en sus respectivos territorios es derecho inherente a la soberanía del Estado y su ejercicio no tendrá otras restricciones que las que resulten del Derecho Internacional.

Artículo V. Teniendo presente la importancia y multiplicidad de funciones que los ríos amazónicos desempeñan en el proceso de desarrollo económico y social de la región, las Partes Contratantes procurarán empeñar esfuerzos con miras a la utilización racional de los recursos hídricos.

Artículo VI. Con el objeto de que los ríos amazónicos constituyan un vínculo eficaz de comunicación entre las Partes Contratantes y con el Océano Atlántico, los Estados ribereños interesados en un determinado problema que afecte la navegación expedita emprenderán, según el caso, acciones nacionales, bilaterales o multilaterales para el mejoramiento y habilitación de esas vías navegables.

Parágrafo único: Para tal efecto se estudiarán las formas de eliminar los obstáculos físicos que dificultan o impiden dicha navegación, así como los aspectos económicos y financieros correspondientes a fin de concretar los medios operativos más adecuados.

Artículo VII. Teniendo presente la necesidad de que el aprovechamiento de la flora y de la fauna de la Amazonia sea racionalmente planificado, a fin de mantener el equilibrio ecológico de la región y preservar las especies, las Partes Contratantes deciden:

- a. Promover la investigación científica y el intercambio de informaciones y de personal técnico entre las entidades competentes de los respectivos países, a fin de ampliar los conocimientos sobre los recursos de la flora y de la fauna de sus territorios amazónicos y prevenir y controlar las enfermedades en dichos territorios.
- b. Establecer un sistema regular de intercambio adecuado de informaciones sobre las medidas de conservación que cada Estado haya adoptado o adopte en sus territorios amazónicos, las cuales serán materia de un informe anual presentado por cada país.

Artículo VIII. Las Partes Contratantes deciden promover la coordinación de los actuales servicios de salud de sus respectivos territorios amazónicos y tomar otras medidas que sean aconsejables, con vistas a mejorar las condiciones sanitarias de la región y a perfeccionar los métodos tendientes a prevenir y combatir las epidemias.

Artículo IX. Las Partes Contratantes convienen en establecer estrecha colaboración en los campos de la investigación científica y tecnológica, con el objeto de crear condiciones más adecuadas para acelerar el desarrollo económico y social de la región.

Parágrafo primero: Para los fines del presente Tratado, la cooperación técnica y científica que será desarrollada entre las Partes Contratantes podrá asumir las siguientes formas:

- a. Realización conjunta o coordinada de programas de investigación y desarrollo;
- b. Creación y operación de instituciones de investigación o de centros de perfeccionamiento y producción experimental;
- c. Organización de seminarios y conferencias, intercambio de informaciones y documentación, y organización de medios destinados a su difusión.

Parágrafo segundo: Las Partes Contratantes podrán, siempre que lo juzguen necesario y conveniente, solicitar la participación de organismos internacionales en la ejecución de estudios, programas y proyectos resultantes de las formas de cooperación técnica y científica definidas en el parágrafo primero del presente artículo.

Artículo X. Las Partes Contratantes coinciden en la conveniencia de crear una infraestructura física adecuada entre sus respectivos países, especialmente en los aspectos de transporte y comunicaciones. Por consiguiente, se comprometen a estudiar las formas más armónicas de establecer o perfeccionar las interconexiones viales, de transportes fluviales, aéreos y de telecomunicaciones, teniendo en cuenta los planes y programas de cada país para lograr el objetivo prioritario de incorporar plenamente esos territorios amazónicos a sus respectivas economías nacionales.

Artículo XI. Con el propósito de incrementar el empleo racional de los recursos humanos y naturales de sus respectivos territorios amazónicos, las Partes Contratantes concuerdan en estimular la realización de estudios y la adopción de medidas conjuntas tendientes a promover el desarrollo económico y social de esos territorios y a generar formas de complementación que refuercen las acciones previstas en los planes nacionales para los referidos territorios.

Artículo XII. Las Partes Contratantes reconocen la utilidad de desarrollar en condiciones equitativas y de mutuo provecho el comercio al por menor de productos de consumo local entre sus respectivas poblaciones amazónicas limítrofes, a través de acuerdos bilaterales o multilaterales adecuados.

Artículo XIII. Las Partes Contratantes cooperarán para incrementar las corrientes turísticas, nacionales y de terceros países, en sus respectivos territorios amazónicos, sin perjuicio de las disposiciones nacionales de protección a las culturas indígenas y a los recursos naturales.

Artículo XIV. Las Partes Contratantes cooperarán en el sentido de lograr la eficacia de las medidas que se adopten para la conservación de las riquezas etnológicas y arqueológicas del área amazónica.

Artículo XV. Las Partes Contratantes se esforzarán en mantener un intercambio permanente de informaciones y colaboración entre sí y con los órganos de cooperación latinoamericanos, en las esferas de acción que se relacionan con las materias que son objeto de este Tratado.

Artículo XVI. Las decisiones y compromisos adoptados por las Partes Contratantes en la aplicación del presente Tratado no perjudicarán a los proyectos e iniciativas que ejecuten en sus respectivos territorios, dentro del respeto al Derecho Internacional y según la buena práctica entre naciones vecinas y amigas.

Artículo XVII. Las Partes Contratantes podrán presentar iniciativas para la realización de estudios destinados a la concreción de proyectos de interés común, para el desarrollo de sus territorios amazónicos y en general que permitan el cumplimiento de las acciones contempladas en el presente Tratado.

Parágrafo único: Las Partes Contratantes acuerdan conceder especial atención a la consideración de iniciativas presentadas por países de menor desarrollo que impliquen esfuerzos y acciones conjuntas de las Partes.

Artículo XVIII. Lo establecido en el presente Tratado no significará limitación alguna a que las Partes Contratantes concreten acuerdos bilaterales o multilaterales sobre temas específicos o genéricos, siempre y cuando no sean contrarios a la consecución de los objetivos comunes de cooperación en la Amazonia, consagrados en este instrumento.

Artículo XIX. Ni la celebración del presente Tratado, ni su ejecución tendrán efecto alguno sobre cualesquiera otros Tratados o Actos Internacionales vigentes entre las Partes, ni sobre cualesquiera divergencias sobre límites o derechos territoriales que existan entre las Partes, ni podrá interpretarse o invocarse la celebración de este Tratado o su ejecución para alegar aceptación o renuncia, afirmación o modificación, directa o indirecta, expresa o tácita, de las posiciones e interpretaciones que sobre estos asuntos sostenga cada Parte Contratante.

Artículo XX. Sin perjuicio de que posteriormente se establezca la periodicidad más adecuada, los Ministros de Relaciones Exteriores de las Partes Contratantes realizarán reuniones cada vez que lo juzguen conveniente u oportuno, a fin de fijar las directrices básicas de la política común, apreciar y evaluar la marcha general del proceso de Cooperación Amazónica y adoptar las decisiones tendientes a la realización de los fines propuestos en este instrumento.

Parágrafo primero: Se celebrarán reuniones de los Ministros de Relaciones Exteriores por iniciativa de cualquiera de las Partes Contratantes siempre que cuente con el apoyo de por lo menos otros cuatro Estados Miembros.

Parágrafo segundo: La primera reunión de Ministros de Relaciones Exteriores se celebrará dentro de los dos años siguientes a la fecha de entrada en vigor del presente Tratado. La sede y la fecha de la primera reunión serán fijadas mediante acuerdo entre las Cancillerías de las Partes Contratantes.

Parágrafo tercero: La designación del país sede de las reuniones obedecerá al criterio de rotación por orden alfabético.

Artículo XXI. Representantes diplomáticos de alto nivel de las Partes Contratantes se reunirán anualmente integrando el Consejo de Cooperación Amazónica con las siguientes atribuciones:

1. Velar por el cumplimiento de los objetivos y finalidades del Tratado.
2. Velar por el cumplimiento de las decisiones tomadas en las reuniones de Ministros de Relaciones Exteriores.
3. Recomendar a las Partes la conveniencia u oportunidad de celebrar reuniones de Ministros de Relaciones Exteriores y preparar la agenda correspondiente.

4. Considerar las iniciativas y proyectos que presenten las Partes y adoptar las decisiones que correspondan, para la realización de estudios y proyectos bilaterales o multilaterales cuya ejecución, cuando fuere el caso, estará a cargo de las Comisiones Nacionales Permanentes.
5. Evaluar el cumplimiento de los proyectos de interés bilateral o multilateral.
6. Adoptar sus normas de funcionamiento.

Parágrafo primero: El Consejo podrá celebrar reuniones extraordinarias por iniciativa de cualquiera de las Partes Contratantes con el apoyo de la mayoría de las demás.

Parágrafo segundo: La sede de las reuniones ordinarias se rotará por orden alfabético entre las Partes Contratantes.

Artículo XXII. Las funciones de Secretaría serán ejercidas *pro-tempore* por la Parte Contratante en cuyo territorio haya de celebrarse la siguiente reunión ordinaria del Consejo de Cooperación Amazónica.

Parágrafo único: La Secretaría *pro-tempore* enviará a las Partes la documentación pertinente.

Artículo XXIII. Las Partes Contratantes crearán Comisiones Nacionales Permanentes encargadas de la aplicación en sus respectivos territorios de las disposiciones de este Tratado, así como de la ejecución de las decisiones adoptadas por las reuniones de los Ministros de Relaciones Exteriores y por el Consejo de Cooperación Amazónica, sin perjuicio de otras actividades que les encomiende cada Estado.

Artículo XXIV. Siempre que sea necesario, las Partes Contratantes podrán constituir comisiones especiales destinadas al estudio de problemas o temas específicos relacionados con los fines de este Tratado.

Artículo XXV. Las decisiones adoptadas en reuniones que se efectúen de conformidad con los Artículos XX y XXI, requerirán siempre del voto unánime de los Países Miembros del presente Tratado. Las decisiones adoptadas en reuniones que se efectúen de conformidad con el Artículo XXIV requerirán siempre del voto unánime de los Países Participantes.

Artículo XXVI. Las Partes Contratantes acuerdan que el presente Tratado no será susceptible de reservas o declaraciones interpretativas.

Artículo XXVII. El presente Tratado tendrá duración ilimitada, y no estará abierto a adhesiones.

Artículo XXVIII. El presente Tratado será ratificado por las Partes Contratantes y los instrumentos de ratificación serán depositados ante el Gobierno de la República Federativa del Brasil.

Parágrafo primero: El presente Tratado entrará en vigor treinta días después de depositado el último instrumento de ratificación de las Partes Contratantes.

Parágrafo segundo: La intención de denunciar el presente Tratado será comunicada por una Parte Contratante a las demás Partes Contratantes por lo menos noventa días antes de la entrega formal del instrumento de denuncia al Gobierno de la República Federativa del Brasil. Formalizada la denuncia, los efectos del Tratado cesarán para la Parte Contratante denunciante, en el plazo de un año.

Parágrafo tercero: El presente Tratado será redactado en los idiomas español, holandés, inglés y portugués, haciendo todos igualmente fe.

EN FE DE LO CUAL los Cancilleres que suscriben firmaron el presente Tratado.

HECHO en la ciudad de, en el cual quedará depositado en los archivos del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil, que facilitará copias auténticas a los demás países firmantes.

Por el Gobierno de la República de Bolivia:

OSCAR ADRIÁZOLA VALDA

Por el Gobierno de la República Federativa del Brasil:

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Por el Gobierno de la República de Colombia:

INDALECIO LIÉVANO AGUIRRE

Por el Gobierno de la República del Ecuador:

JOSÉ AYALA LASSO

Por el Gobierno de la República Cooperativista de Guyana:

RASHLEIGH ESMOND JACKSON

Por el Gobierno de la República del Perú:

JOSÉ DE LA PUENTE RADBILL

Por el Gobierno de la República de Suriname:

HENCK ALFONSUS EUGENE ARRON

Por el Gobierno de la República de Venezuela:

SIMÓN ALBERTO CONSALVI

[DUTCH TEXT — TEXTE NÉERLANDAIS]

VERDRAG VAN SAMENWERKING IN HET AMAZONE GEBIED

De Republieken van Bolivia, Brazilië, Columbia, Ecuador, Guyana, Peru, Suriname en Venezuela,

Bewust van het belang van hun respectieve Amazone gebieden voor elk van de Partijen als integraal deel van hun grondgebied,

Bezielde door het gemeenschappelijke streven om de inspanningen welke zij zich getroosten, zowel in hun respectieve gebieden als onderling, samen te bundelen ter bevordering van de harmonische ontwikkeling van het Amazone gebied, welke een billijke verdeling van de voordelen van deze ontwikkeling tussen de Verdragsluitende Partijen mogelijk maakt, teneinde de levensstandaard van hun volkeren te verhogen en de algehele incorporatie van hun Amazone gebieden in hun nationale economieën te bereiken,

Overtuigd van het nut de nationale ervaringen met betrekking tot de bevordering van de regionale ontwikkeling samen te delen,

Overwegende dat om een integrale ontwikkeling van hun respectieve Amazone gebieden te bereiken, het vereist is het evenwicht te handhaven tussen de economische groei en het behoud van het milieu,

Overtuigd dat zowel de sociaal-economische ontwikkeling als het behoud van het milieu verantwoordelijkheden zijn inherent aan de soevereiniteit van elke Staat en dat de samenwerking tussen de Verdragsluitende Partijen er toe zal leiden de nakoming van de verantwoordelijkheden te vergemakkelijker, alsmede de gemeenschappelijke inspanning welke wordt getroost voort te zetten en te verruimen met betrekking tot het behoud van de ecologie van het Amazone gebied,

Overtuigd dat de samenwerking tussen de Latijns-Amerikaanse naties in specifieke zaken welke voor hen gemeenschappelijk zijn een stap vooruit is op de weg naar integratie en solidariteit van geheel Latijns-Amerika,

Overtuigd dat het onderhavige Verdrag het begin inluidt van een proces van samenwerking hetwelk hun respectieve landen en het Amazone gebied in haar geheel ten goede zal komen,

Besluiten het onderhavige Verdrag te ondertekenen,

Artikel I. De Verdragsluitende Partijen komen overeen gezamenlijke pogingen en acties te ondernemen teneinde de harmonische ontwikkeling van hun respectieve Amazone gebieden te bevorderen zodanig dat deze gezamenlijke acties tot billijke en wederzijds voordelige resultaten leiden voor de bescherming van het milieu en het in stand houden en het rationeel gebruik van de natuurlijke hulpbronnen van deze gebieden.

Enige Paragraaf: Te dien einde zullen zij gegevens uitwisselen, operationele akkoorden sluiten en afspraken maken evenals passende juridische instrumenten voorbereiden welke het realiseren van de doelstellingen van het onderhavige Verdrag mogelijk maken.

Artikel II. Het onderhavige Verdrag zal van toepassing zijn op de grondgebieden van de Verdragsluitende Partijen in het stroomgebied van de Amazone, evenals ook op elk grondgebied van een Verdragsluitende Partij dat door zijn geografische, ecologische of economische karakteristieken nauw daarmee verbonden wordt beschouwd.

Artikel III. Overeenkomstig en onverkort de rechten die voortvloeien uit unilaterale akten, het vastgestelde in bilaterale verdragen tussen de Partijen en de principes en normen van het Internationaal Recht, verzekeren de Verdragsluitende Partijen elkaar wederzijds, op basis van reciprociteit, de grootste mate van vrijheid van koopvaardij in de loop van de Amazone en andere internationale Amazone rivieren, rekening houdend met de fiscale en politionele regelingen welke in het gebied van elk van hen zijn vastgesteld of die zullen worden vastgesteld. Dergelijke regelingen dienen, voor zover het mogelijk is, deze scheepvaart en handel te begunstigen en onderling uniform te zijn.

Enige Paragraaf: Dit artikel is niet van toepassing op de cabotagescheepvaart.

Artikel IV. De Verdragsluitende Partijen verklaren dat het exclusieve gebruik of de exploitatie van de natuurlijke hulpbronnen in hun respectieve gebieden een recht is inherent aan de souvereiniteit van de Staat en de uitoefening hiervan zal geen enkele belemmering ondervinden dan die, welke voortvloeit uit het Internationaal Recht.

Artikel V. Met het oog op de belangrijkheid en veelzijdigheid van de functies welke de Amazone rivieren vervullen in het proces van economische en sociale ontwikkeling van de regio, zullen de Verdragsluitende Partijen zich inspanningen getroosten om een rationeel gebruik van de waterrijkdommen te bevorderen.

Artikel VI. Met het doel voor ogen dat de Amazone rivieren een effectieve verbinding dienen te vormen tussen de Verdragsluitende Partijen en met de Atlantische Oceaan zullen de oeverstaten die belang hebben bij een bepaald probleem dat de onbelemmerde scheepvaart betreft, naar gelang van zake nationale, bilaterale of multilaterale maatregelen nemen voor de verbetering en het geschikt maken van deze waterwegen.

Enige Paragraaf: Te dien einde zullen zij de methoden bestuderen om de fysieke obstakels te elimineren welke de genoemde scheepvaart bemoeilijken danwel verhinderen, evenals de daarmee samenhangende economische en financiële aspecten om de meest geschikte werkmethoden te ontwikkelen.

Artikel VII. Met het oog op de noodzaak te komen tot een rationeel gebruik van de flora en de fauna teneinde het ecologisch evenwicht te handhaven en de soorten te behouden, besluiten de Verdragsluitende Partijen:

- a) Het wetenschappelijk onderzoek te stimuleren en de uitwisseling van gegevens en technici tussen de bevoegde instanties van de respectieve landen te bevorderen teneinde de kennis te verruimen van de plantaardige en dierlijke rijkdommen van hun Amazone gebieden, en ziekten in genoemde gebieden te voorkomen en te bestrijden.
- b) Een systeem tot stand te brengen van adequate en regelmatige uitwisseling van gegevens over de conserveringsmaatregelen welke iedere Staat heeft

genomen of neemt in zijn Amazone gebieden, hetgeen onderwerp zal zijn van een door ieder land uit te brengen jaarrapport.

Artikel VIII. De Verdragsluitende Partijen komen overeen de coördinatie te bevorderen van de huidige gezondheidsdiensten van hun respectieve Amazone gebieden en andere maatregelen te treffen, welke dienstig worden geacht met het oog op de verbetering van de gezondheidscondities van de regio en de verfijning van de methoden gericht op het voorkomen en bestrijden van epidemieën.

Artikel IX. De Verdragsluitende Partijen komen overeen een nauw samenwerkingsverband tot stand te brengen in gebieden van wetenschappelijk onderzoek en technologie met het doel de meest adequate voorwaarden te scheppen ten behoeve van een versnelde economische en sociale ontwikkeling van de regio.

Eerste Paragraaf: Gezien de doelstellingen van dit Verdrag, zal de technische en wetenschappelijke samenwerking, welke tussen de Verdragsluitende Partijen zal worden ontwikkeld, de volgende vormen aannemen:

- a) De gezamenlijke of gecoördineerde realisatie van onderzoek- en ontwikkelingsprogramma's;
- b) Het stichten en het in gebruik nemen van onderzoekinstituten of centra voor veredeling en experimentele produktie;
- c) Het organiseren van seminaria en conferenties, de uitwisseling van gegevens en documentatie en de organisatie van middelen gericht op verspreiding hiervan.

Tweede Paragraaf: De Verdragsluitende Partijen kunnen immer wanneer zij het noodzakelijk en gewenst achten, deelname verzoeken van internationale organisaties bij de uitvoering van programma's en projecten welke voortkomen uit de technische en wetenschappelijke vormen van samenwerking welke gedefinieerd zijn in de eerste paragraaf van het onderhavige artikel.

Artikel X. De Verdragsluitende Partijen zijn het met elkaar eens over de wenselijkheid om een adequate fysieke infrastructuur te creëren tussen hun respectieve landen, vooral wat betreft transport en communicatie. Dienovereenkomstig verbinden zij zich om de meest harmonische vormen te bestuderen voor de totstandkoming of verbetering van de interconnecties van wegen, riviertransport, luchtvaart en telecommunicatie, rekening houdend met de plannen en programma's van elk der landen ter verwezenlijking van het prioriteitsdoel deze Amazone gebieden totaal te incorporeren in hun respectieve nationale economieën.

Artikel XI. Met het doel het rationeel gebruik van de potentiële menselijke en natuurlijke hulpbronnen van hun respectieve Amazone gebieden te verhogen, komen de Verdragsluitende Partijen overeen de verwezenlijking van studies en het treffen van gezamenlijke maatregelen te stimuleren welke gericht zijn op de bevordering van de economische en sociale ontwikkeling van deze gebieden en op het doen ontstaan van aanvullende methoden, die de activiteiten, voorzien in de nationale plannen voor de betreffende gebieden, versterken.

Artikel XII. De Verdragsluitende Partijen erkennen het nut om, onder voorwaarden welke zowel billijk zijn als tot wederzijds voordeel strekken, de kleinhandel tussen de grensbewoners van produkten voor lokale consumptie te ontwikkelen door middel van adequate bilaterale of multilaterale akkoorden.

Artikel XIII. De Verdragsluitende Partijen zullen samenwerken bij de bevordering van het toeristenverkeer, nationaal en uit derde landen, in hun respectieve Amazone gebieden zonder evenwel de nationale regelingen tot bescherming van de autochtone cultuur, en van de natuurlijke hulpbronnen te schaden.

Artikel XIV. De Verdragsluitende Partijen zullen samenwerken om de doeltreffendheid van de maatregelen, welke worden getroffen voor het behoud van de etnologische en archeologische rijkdommen te waarborgen.

Artikel XV. De Verdragsluitende Partijen zullen zich inspannen om een permanente uitwisseling van gegevens en samenwerking in stand te houden, onderling en met de Latijns-Amerikaanse Samenwerkingsorganen, op die gebieden welke verband houden met aangelegenheden die onderwerp zijn van dit Verdrag.

Artikel XVI. De besluiten en afspraken welke door de Verdragsluitende Partijen worden aanvaard bij de ten uitvoerlegging van het onderhavige Verdrag, zullen geen nadelige invloed mogen hebben op projekten en ondernemingen, welke in hun respectieve gebieden worden uitgevoerd met inachtneming van het gestelde in het Internationaal Recht en van de goede praktijk tussen bevriende en buurlanden.

Artikel XVII. De Verdragsluitende Partijen kunnen initiatieven voorleggen voor het verrichten van studies die ten doel hebben de verwezenlijking van projekten van gemeenschappelijk belang voor de ontwikkeling van hun Amazone gebieden en die in het algemeen de realisering mogelijk maken van de akties welke in het onderhavige Verdrag in beschouwing zijn genomen.

Enige Paragraaf: De Verdragsluitende Partijen komen overeen bijzondere aandacht te besteden aan het overwegen van initiatieven, voorgelegd door minder ontwikkelde landen, die gezamenlijke inspanningen en akties van partijen inhouden.

Artikel XVIII. Het vastgestelde in het onderhavige Verdrag zal voor de Verdragsluitende Partijen geen enkele beperking betekenen om bilaterale of multilaterale akkoorden te sluiten over specifieke of algemene zaken, mits deze niet strijdig zijn met de verwezenlijking van de gemeenschappelijke doelstellingen van samenwerking in het Amazone gebied, neergelegd in dit instrument.

Artikel XIX. Noch de ondertekening van het onderhavige Verdrag, noch de uitvoering ervan zullen enige invloed hebben op welke andere tussen de Partijen vigerende verdragen of internationale overeenkomsten dan ook, noch op welke geschillen dan ook over grenzen of territoriale rechten welke tussen Partijen bestaan, noch zal de ondertekening van dit Verdrag of de uitvoering ervan uitgelegd of aangevoerd mogen worden als aanvaarding of verwerping, bevestiging of wijziging, direkt of indirekt, uitdrukkelijk of stilzwijgend, van standpunten en interpretaties die elke Verdragsluitende Partij in deze aangelegenheid inneemt.

Artikel XX. Onverminderd de omstandigheid dat naderhand meer geregeld terugkerende samenkomsten worden vastgesteld, zullen de Ministers van Buitenlandse Zaken van de Verdragsluitende Partijen telkens wanneer zij het wenselijk en gelegen achten bijeenkomsten beleggen, teneinde de basisrichtlijnen van het gemeenschappelijk beleid vast te stellen, het algemeen verloop van het proces van samenwerking in het Amazone gebied te beoordelen en te evalueren en besluiten te nemen welke gericht zijn op de realisering van de doelstellingen, neergelegd in dit instrument.

Eerste Paragraaf: Op initiatief van ieder der Verdragsluitende Partijen zullen bijeenkomsten van Ministers van Buitenlandse zaken worden belegd telkens wanneer kan worden gerekend op de steun van tenminste vier andere lidstaten.

Tweede Paragraaf: De eerste bijeenkomst van de Ministers van Buitenlandse Zaken zal worden belegd binnen twee jaren na de datum van de inwerkingtreding van het onderhavige Verdrag. De plaats en de datum van de bijeenkomst zullen worden vastgesteld door overleg tussen de Ministeries van Buitenlandse Zaken van de Verdragsluitende Partijen.

Derde Paragraaf: De aanwijzing van het land waar de bijeenkomsten zullen worden belegd zal geschieden volgens het criterium van rotatie in alfabetische volgorde.

Artikel XXI. Vertegenwoordigers van hoog diplomatiek niveau van de Verdragsluitende Partijen zullen jaarlijks bijeenkomen en de Raad van Amazonia uitmaken. Deze zal de volgende bevoegdheden hebben:

- 1) Toezien op de verwezenlijking van de doelen en doelstellingen van het Verdrag;
- 2) Toezien op de uitvoering van de besluiten genomen op de bijeenkomsten van de Ministers van Buitenlandse Zaken;
- 3) Voorstellen doen aan de Partijen inzake de wenselijkheid tot het houden van de bijeenkomsten van de Ministers van Buitenlandse Zaken en het opstellen van de desbetreffende agenda;
- 4) Initiatieven en projekten welke de Partijen voorstellen in beschouwing nemen en de desbetreffende beslissingen nemen voor de tenuitvoerlegging van bilaterale of multilaterale studies of projekten waarvan de uitvoering, indien hiertoe wordt overgegaan, zal berusten bij de Permanente Nationale Commissies;
- 5) Evalueren van de tenuitvoerlegging van projekten van bilateraal of multilateraal belang;
- 6) Vaststelling van de reglementen van zijn eigen funktionering.

Eerste Paragraaf: De Raad kan buitengewone bijeenkomsten beleggen op initiatief van ieder der Verdragsluitende Partijen ondersteund door de meerderheid der overige.

Tweede Paragraaf: De plaats van de gewone bijeenkomsten zal vastgesteld worden volgens het criterium van rotatie in alfabetische volgorde van de Verdragsluitende Partijen.

Artikel XXII. De funkties van het Secretariaat zullen *pro-tempore* worden uitgeoefend door de Verdragsluitende Partij op wier grondgebied de volgende gewone bijeenkomst van de Raad van Samenwerking van Amazonia moet plaats vinden.

Eerste Paragraaf: Het *pro-tempore* Secretariaat zal de Partijen de terzake dienende documentatie toesturen.

Artikel XXIII. De Verdragsluitende Partijen zullen Permanente Nationale Commissies in het leven roepen, belast met de toepassing in hun respektieve gebieden van de bepalingen van het Verdrag evenals met de uitvoering van de beslissingen genomen door de bijeenkomsten van de Ministers van Buitenlandse

Zaken en door de Raad van Samenwerking van Amazonia, zonder de andere taken te schaden welke hun door de Staat kunnen worden opgedragen.

Artikel XXIV. Telkens wanneer noodzakelijk kunnen de Verdragssluitende Partijen speciale commissies instellen belast met de studie van specifieke problemen of onderwerpen die betrekking hebben op de doelstellingen van dit Verdrag.

Artikel XXV. De besluiten, welke tijdens bijeenkomsten in overeenstemming met de artikelen XX en XXI zijn genomen, zullen immer unanimiteit van stemmen vereisen van de lidstaten van het onderhavige Verdrag. De besluiten, welke tijdens bijeenkomsten in overeenstemming met artikel XXIV zijn genomen, zullen immer unanimiteit van stemmen vereisen van de Verdragslanden.

Artikel XXVI. De Verdragssluitende Partijen komen overeen, dat het onderhavige Verdrag niet bevattelijk zal zijn voor voorbehoud of verklarende interpretaties.

Artikel XXVII. Dit Verdrag zal van onbepaalde duur zijn en staat niet open voor toetreding.

Artikel XXVIII. Het onderhavige Verdrag zal door de Verdragssluitende Partijen worden geratificeerd en de instrumenten van ratificatie zullen worden gedeponereerd bij de Regering van de Federatieve Republiek van Brazilië.

Eerste Paragraaf: Het onderhavige Verdrag zal in werking treden dertig dagen na het deponeren van het laatste instrument van ratificatie van de Verdragssluitende Partijen.

Tweede Paragraaf: De intentie om het onderhavige Verdrag op te zeggen zal door ene Verdragssluitende Partij aan de andere Verdragssluitende Partijen worden bericht op zijn minst negentig dagen voor de formele aanbieding van het instrument van opzegging aan de Regering van de Republiek van Brazilië. Nadat de opzegging geformaliseerd is, zal de werking van het Verdrag voor de Partij die het Verdrag opzegt, ophouden na verloop van een termijn van één jaar.

Derde Paragraaf: Het onderhavige Verdrag zal worden geredigeerd in de Nederlandse, Engelse, Portugese en Spaanse taal, welke alle van gelijke geldigheid zijn.

TOT STAVING WAARVAN de ondergetekenden, Ministers van Buitenlandse Zaken, het onderhavige Verdrag hebben ondertekend.

GEDAAN in de stad, op hetwelk gedeponereerd zal blijven in de archieven van het Ministerie van Buitenlandse Betrekkingen van Brazilië, dat authentiek copieën zal verstrekken aan de overige ondertekenende landen.

Voor de Regering van de Republiek Bolivia:

OSCAR ADRIÁZOLA VALDA

Voor de Regering van de Republiek Brazilië:

ANTONIO F. AZEREDO DA SILVEIRA

Voor de Regering van de Republiek Columbia:

INDALECIO LIÉVANO AGUIRRE

Voor de Regering van de Republiek Ecuador:

JOSÉ AYALA LASSO

Voor de Regering van de Republiek Guyana:

RASHLEIGH ESMOND JACKSON

Voor de Regering van de Republiek Peru:

JOSÉ DE LA PUENTE RADBILL

Voor de Regering van de Republiek van Suriname:

HENCK ALFONSUS EUGENE ARRON

Voor de Regering van de Republiek Venezuela:

SIMÓN ALBERTO CONSALVI
